



PROCESSO Nº	: 6.033-0/2022
PROCEDÊNCIA	: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CUIABÁ
INTERESSADA	: MARIA JOSE VIEIRA DA SILVA
ASSUNTO	: APOSENTADORIA
RELATOR	: AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO ISAIAS LOPES DA CUNHA

I - RELATÓRIO

O Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cuiabá, encaminha para fins de registro, a Portaria de Aposentadoria Voluntária por tempo de contribuição, concedida à Sra. **MARIA JOSE VIEIRA DA SILVA**, servidora efetiva, no cargo de Enfermeiro, Classe “E”, Padrão XI, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em Cuiabá/MT, com fundamento no art. 3º, incisos I, II e III da Emenda Constitucional nº 47/2005, combinado com a Lei Complementar Municipal nº 399/2015, bem como na Lei complementar nº 153/2007, Lei Complementar nº 409/2016, que altera Lei Complementar nº 271/2015, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Profissionais de Enfermagem e Lei Complementar nº 430/2017, que altera a Lei Complementar nº 271/2015, Lei Complementar nº 409/2016.; Processo Cuiabá-Prev nº 2021.04.00333P; bem como nos artigos 10, inciso XXIII e 211, inciso III, §1º, da Resolução Normativa nº 16/2021 (RITCEMT).

2. O órgão previdenciário, após examinar os documentos encaminhados pela interessada, manifestou-se favoravelmente ao requerimento, atestando a legalidade da planilha a de proventos. (Doc. nº 15276/2022).

3. Diante disso, editou-se a Portaria nº 372/2021, publicada na Gazeta Municipal de Cuiabá nº 275, em 09/12/2021 (Doc. nº 15276/2022).



4. A Unidade de Instrução, após análise, elaborou o Relatório Técnico Preliminar no qual relata que o processo está instruído com a documentação e legislação adequada a matéria e que a Portaria nº 372/2021, está apta ao registro, motivo pela qual sugeriu a legalidade da planilha de benefícios (Doc. nº 163820/2022).

5. Na forma regimental, o Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 4.222/2022, da lavra do Procurador de Contas, Dr. Getúlio Velasco Moreira Filho, opinou pelo registro da Portaria nº 372/2021, bem como pela legalidade da planilha de proventos integrais (Doc. nº 182944/2022).

É o relatório.